

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

Rogerio da Silveira Brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG n.º 1756370 SSP/AL, inscrito no CPF n.º 042.383.834-27, residente e domiciliado na R. Mal. Flávio Peixoto, 353, Bairro Urbano na cidade de Brumquinha/AL

OUTORGADOS: CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Alagoas, sob o n.º 8628, inscrito no CPF sob o n.º 048.679.764-31, com endereços profissionais situados na Rua Dr. José Castro de Azevedo, n.º 133, Farol, Maceió/AL e Rua Padre Donald, s/n.º , Sala 01, Cohab Velha, União dos Palmares/AL.

PODERES: Confere o outorgante aos outorgados poderes para foro em geral, investindo-se nos poderes da cláusula ad judicis, podendo ainda transigir, confessar, desistir, receber e dar quitação bem como substabelecer, com ou sem reserva.

Brumquinha /AL, 27 de junho de 2019

Rogerio da Silveira

OUTORGANTE

DECLARAÇÃO ANUAL DE ISENTO

Declaro para os devidos fins que sou isento  
(a) de apresentar declaração de Imposto de Renda junto à  
Receita Federal (Lei 7.115/83), não possuindo condições  
financeiras para arcar com as custas processuais sem o  
prejuízo de meu sustento próprio, bem como de minha  
família.

Belo Horizonte/MG, 27 de julho de 2019.

Rogério da Silveira

NOME: Rogério da Silveira

CPF n.º 042.383.834-27

RG n.º 1756370

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Rogerio do Silveira, brasileiro (a),  
soltaneiro, trabalhador, portador da cédula  
de identidade RG nº 1756.370 SSP/12, inscrito  
no CPF sob o nº 042.383.834-27, residente e  
domiciliado  
rua R. Mol. Floriano Peixoto, 353, Bairro Nossa  
Senhora de Brumqueirinha/AL

Declaro, com a finalidade de obter os benefícios da Assistência Judiciária (art. 5º, LXXIV, CF/88 e lei nº 1.060/50), que não possuo condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais sem prejuízo de meu sustento próprio e/ou família.

Brumqueirinha /AL, 27 de junho de 2019.

Rosario do Silveira

126.13514.01-0

1530605

0040

AL

Rogério da Silva



## QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



## ROGERIO DA SILVA

FILIAÇÃO..... PEDRO AMARO DA SILVA  
 MARIA MIGUEL DA SILVA  
 NASCIMENTO.... 12/03/1980  
 SEXO: MASCULINO  
 ESTADO CIVIL... SOLTEIRO  
 NATURALIDADE: BRANQUINHA - AL  
 DOCUMENTO... R.G. 1.790.370 SSP AL 1305/1908  
 LEI Nº 9.468, DE 16 DE MAIO DE 1996  
 CPF..... 042.363.694-27  
 CNH.....  
 BECAO:  
 TIT. ELEITOR:  
 LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRT/AL - 10/11/2012

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

PERÍODO ..... 01/01/2019 - 31/12/2019  
 DATA DE EMISSÃO DO DOCUMENTO

NOME .....  
 DOCUMENTO

NOME .....  
 DOCUMENTO

NOME .....  
 DOCUMENTO

NOME .....  
 DOCUMENTO

FEZ .....  
 FOLHA





## EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS

Av. Fernandes Lima, nº 3349, Gruta de Lourdes - MACEIÓ-AL

CNPJ: 12.272.084/0001-00

IE: 24007177-8

## VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 21838114

**PEDRO AMARO DA SILVA**

R MAL.FLORIANO PEIXOTO, 353 ,

BAIRRO URBANO

57830000 BRANQUINHA

AL

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	PERÍODO DE CONSUMO
9772421	06/2019	21/05/19 a 18/06/19
CONSUMO (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
32	01/07/19	R\$ 30,29

## OBSERVAÇÕES

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue Equatorial: 0800 082 0196

autenticação mecânica

recorte aqui

## EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS



Av. Fernandes Lima, nº 3349, Gruta de Lourdes - MACEIÓ-AL

CNPJ: 12.272.084/0001-00

IE: 24007177-8

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	TOTAL A PAGAR
9772421	06/2019	R\$ 30,29

836300000004.302900030008.000000009779.242106190059





GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS  
POLÍCIA CIVIL  
117º DISTRITO POLICIAL - BRANQUINHA - AL



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 026722/2019-A01

## DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 26/03/2019 15:00 Data/Hora Fim: 26/03/2019 15:03

Delegado de Polícia: Sidney Walston Tenório de Araújo

## DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 117º Distrito Policial - Branquinha

Data/Hora do Fato: 20/02/2019 17:00

Local do Fato

Município: Branquinha (AL)

Bairro: ZONA RURAL

Logradouro: BR 104

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

## ENVOLVIDO(S)

## Nome Civil: ROGERIO DA SILVA (COMUNICANTE , VÍTIMA )

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Branquinha Sexo: Masculino Nasc: 12/03/1980  
 Profissão: Pedreiro Escolaridade: Ensino Médio Incompleto  
 Estado Civil: Solteiro(a)  
 Nome da Mãe: Maria Miguel da Silva Nome do Pai: Pedro Amaro da Silva

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 042.383.834-27

Endereço

Município: Branquinha - AL  
 Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Nº: 353  
 Bairro: CENTRO

## OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 042.383.834-27	Placa NMH5020
Renavam 00190214732	Número do Motor KC15E5A044933
Número do Chassi 9C2KC1550AR044933	Ano/Modelo Fabricação 2010/2009
Cor VERMELHA	UF Veículo Alagoas
Município Veículo Branquinha	Marca/Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI
Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 23/06/2017	Situação do Veículo NADA CONSTA

## Nome Envolvido

Rogerio da Silva

## Envolvimentos

Proprietário





GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS  
POLÍCIA CIVIL  
117º DISTRITO POLICIAL - BRANQUINHA - BRANQUINHA - AL



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº 026722/2019-A01

### RELATO/HISTÓRICO

ADVERTIDO DAS PENAS PREVISTAS NOS ART. 299 E 340 DO CPB, INFORMA O NOTICIANTE QUE NO DIA, LOCAL E HORA ACIMA CITADOS, SOFREU UM ACIDENTE DE MOTOCICLETA, QUE SOFREU TRAUMA NO PÉ DIREITO E LUXAÇÃO DE 2º PODODACTILO DIREITO, CONFORME PRONTUÁRIO N° 2733155 DO HOSPITAL GERAL DO ESTADO. ERA TUDO QUE TINHA A RELATAR.

### ASSINATURAS

José Afrânia Pessoa Barbosa  
Responsável pelo Atendimento

PMF-71449-6

Rogerio da Silva  
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou (a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e que fui o(a) que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei e faço, conforme previsto nos Artigos 338-Demunicação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa do Crime ou Ilo Contravenção do Código Penal Brasileiro."



# HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO MATERNIDADE SANTA CATARINA

Agr. Nossa Senhora da P...  
Av. Presidente Vargas, 1...  
União dos Palmares - C...  
CEP: 01000-000  
Fone: (021) 5255-1...  
www.hospitalssvp.org.br

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) paciente

Ricardo da Silva,  
anos, deu entrada na U/E desta Unidade Hospitalar no  
dia 20/02/18 no período de 17:40 às 18:21.  
CONFORME FICHA DE N° 382926.

Tendo como acompanhante o(a) Sr.(a)

UNIÃO DOS PALMARES, 16 de Abril

de 2018

Elizangela S. Ferreira  
RECEPCIONISTA

!HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO

!Data: 20/02/2018

Periodo: 20/02/2018 a 20/02/2018

!Hora: 17:40

!Pagina: 01

## ATENDIMENTO AMBULATORIAL - SUS

C.N.P.J 12.737.680/0001-00

Insc. Est.: ISENTO

Nome: ROGERIO DA SILVA

Mae: MARIA MIGUEL DA SILVA

Idade: 37 ano(s)

Nasc.: 12/03/1980

RG: 1756370

SUS: 898002774609854

Celular

Data: 20/02/2018 17:40:09

Cidade: BRANQUINHA UF:AL

## QUEIXAS

Cd.Pac: 198769

M/A 20/\_ ATEND:382926 URG 296243

Escolar

Anexar Resultados dos exames

Complem entares

Fone: (82) 8180-9198

End.: QUADRA 17, n.º 7,

Bairro: CONJ RAIMUNDO NONATO CEP:578

DIAGNOSTICO CID:

*Trauma em períscopo*  
*Após colisão carro x moto.*

## EXAME FISICO

## PROCEDIMENTO

PA = 160 x 80 mmHg

FC = 64 bpm

CONDUTA( ) OBSERVACAO( ) INTERNACAO( )

*Disconforto abdominal*

## NATUREZA DO ATENDIMENTO

- 1- Clinica Medica ( ) 6-Accidente de trabalho ( ) 6-1 trabalhador formal  
 2- Pediatria ( ) 3-Obstetricia. ( ) 6-2 trabalhador Informal  
 3-4- Clinica cirurgica( ) 5-Accidente de transito( ) 6-3 Acid. de trajeto

## TIPO DO ATENDIMENTO

- ( ) 1- Hospitalar ( ) 2- Atencao Basica - PSF  
 3- Outros: \_\_\_\_\_

Exame Solicitado: \_\_\_\_\_

Laudo: \_\_\_\_\_

*A. E. L. R.* . Polegar Direito  
 Assinatura do Paciente ou responsavel

Assinatura ou carimbo do Medico

Assinatura do Diretor Responsavel

Outros: \_\_\_\_\_

!HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO

!Data: 20/02/2018

Periodo: 20/02/2018 a 20/02/2018

!Hora: 17:40

!Pagina: 02

## ATENDIMENTO AMBULATORIAL - SUS

C.N.P.J 12.737.680/0001-00

Cd.Pac: 198769

M/A 20/\_ ATEND:382926 URG 296243

Escolar

Anexar Resultados dos exames

Insc. Est.: ISENTO

Nome: ROGERIO DA SILVA

Mae: MARIA MIGUEL DA SILVA

Idade: 37 ano(s)

*Sec. Int.  
Org.*

*David P.  
Med.  
CRM 6.*

18:25 - Robm - ~~relevo~~  
Jefte

18:55 - Parcute & reunião  
HGF ~~no combate ao desmatamento~~  
Jefte

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE PACIENTE

N.º DE INSCRIÇÃO

fls. 18

ORIGEM DO ENCAMINHAMENTO:

USP

DESTINO:

UFG

NOME DO USUÁRIO:

Rosário da Silva

ENDERECO:

NOME DO PROFISSIONAL:

ESPECIALIDADE:

CRM:

ÚLTIMO TRATAMENTO:

Succeso

USO EXCLUSIVO DO DENTISTA:

8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8
8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8

DATA:

20 / 3 / 18

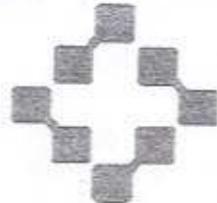
ASSINATURA:

DOS.: Em caso de encaminhamento médico ou odontológico usar o verso.

DENTES DA REGIÃO:

V	IV	III	II	I	I	II	III	IV
V	IV	III	II	I	I	II	III	IV

David Figueiredo  
Médico  
CRM 6901/AL



# HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

fls. 19

Rua Cincinato Pinto, 199 - Centro  
CEP: 57.020-050 - Maceió - AL  
Fone: 3032-3740

## RELATÓRIO MÉDICO

NOME: Ruyne de Souza

DN:

1- PATOLOGIAS APRESENTADAS ( CID-10):

luxação Fx - dedo P' O (803.1)  
coximico

2 - TERAPÉUTICAS REALIZADAS:

Zelut Sednt os  
remedio enyos

3- CONSIDERAÇÕES:

elest a um Ruy estu  
d rebilitar d 120 d

FABIO BARROS  
CRM/AL/000000000000  
SUSPENSO  
TESTIMONIAL

Maceió, 19 DE 03 DE 2019

18

MÉDICO ASSISTENTE

# HOSPITAL GERAL DE UNIÃO

## #LAUDO MÉDICO#

PACIENTE, ROGÉRIO DA SILVA, VEM REQUERER INFORMAÇÕES SOBRE SUA SAÚDE PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA

SEGUNDO A RESOLUÇÃO DO CPM 1.851/2008, NO MOMENTO ENCONTRAMOS O PACIENTE COM O DIAGNÓSTICO DE LUXAÇÃO CRONICA HÁLX DIREITO E 2 DEDO PÉ DIREITO + SEQUELA DE LUXAÇÃO EM PÉ DIREITO; CID( S63.1; T93.3 ).

TEM EM SEU HISTÓRICO EXAMES CLÍNICOS E EXAMES COMPLEMENTARES QUE DEMONSTRAM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES : PACIENTE SUBMETIDO AO TRATAMENTO CIRURGICO PARA CORREÇÃO DE LUXAÇÃO CRONICA HÁLUX DIREITO + 2 DEDO PÉ DIREITO. PACIENTE NO MOMENTO APRESENTA LIMITAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DOS DEDOS NECESSITANDO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA PARA AVALIAR LIMITAÇÕES DA LESÃO .

ESSA DOENÇA PODE ACARRETAR: LIMITAÇÃO REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIÁRIAS, DOR A DEAMBULAÇÃO, RESTRIÇÃO REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES LABORAIS

APRESENTA LESÃO DEFINITIVA? SIM ( X ); NÃO ( )

NECESSITA DE UM TEMPO ESTIMADO DE TRATAMENTO PARA SUA RECUPERAÇÃO :  
NECESSITA DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE FISIOTERAPIA

OBSERVAÇÃO: ESSE DOCUMENTO TEM FUNÇÃO ORIENTAÇÃO ACERCA DA DOENÇA DO PACIENTE. CABE, PORTANTO, AO MÉDICO PERITO (RESPONSÁVEL LEGAL) DECIDIR ACERCA DE BENEFÍCIOS AO PACIENTE, TAIS COMO: APOSENTADORIA, INVALIDEZ DEFINITIVA, READAPTAÇÃO, ENTRE OUTROS.

UNIÃO DOS PALMARES/AL , 2 de maio de 2018

MÉDICO

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

DECLARO POR MEIO DESTE DOCUMENTO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AO MÉDICO FORAM PRESTADAS DE FORMA ESPONTÂNEA, E EM NENHUM MOMENTO FALTEI COM A VERDADE ACERCA DO MINHA HISTÓRIA E DO MEU EXAME FÍSICO. DECLARO TAMBÉM QUE AUTORIZO AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS ACERCA DA MINHA DOENÇA TAIS COMO DIAGNÓSTICO E SUA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL.

ASSINATURA:

HOSPITAL GERAL DE UNIÃO  
RUA ABÍLIO GOMES, N 54- CENTRO – UNIÃO DOS PALMARES-AL  
CEP: 57.800-000  
3281-1197



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFESSOR OSVALDO BRANDÃO VILELA  
SECRETARIA HOSPITALAR  
Avenida Jorge de Lima, 2095, Trapiche da Barra - Maceió - AL - CEP: 57010-001  
Fone: (82) 3315-7364 - CNPJ.: 12.200.259/0001-65

## RELATÓRIO MÉDICO

**PACIENTE:** ROGERIO DA SILVA

**D. NASCIMENTO:** 12/03/1980

**Nº PRONTUÁRIO:** 2733155

**D. ATENDIMENTO:** 20/02/2018

**HORA:** 20h:38min

**ALTA:** 21/02/2018

**CID:** S 90

**DIAGNÓSTICO:** ➤ TRAUMA EM PÉ DIREITO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO

**TRATAMENTO:** ➤ CONSERVADOR

**ACHADO:** ➤ LUXAÇÃO DE 2º PODODACTILO DIREITO

**CONDUTA:**

- EXAMES RADIOLÓGICOS
- AVALIAÇÃO DA ORTOPÉDIA
- REDUÇÃO INCRUENTA
- IMOBILIZAÇÃO
- ANALGESIA

*Maceió, 14 de agosto de 2018.*

**OBS.:** Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

Neste relatório estão expressas as informações constantes no prontuário.

## FICHA DE ATENDIMENTO

Nº ATENDIMENTO: 2733155

DATA: 20/2/2018

HORA: 20:38:35

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

PACIENTE: ROGERIO DA SILVA

SEXO: MASCULINO DATA NASCIMENTO: 12/03/1980

IDADE: 37 ANOS

CPF: 04238383427

MÃE: MARIA MIGUEL DA SILVA

RG:

RESPONSÁVEL: MARIA ELIENE

NACIONALIDADE: BRASIL

NATURAL DE: ALAGOAS

CARTÃO SUS:

CIDADE: BRANQUINHA/AL

BAIRRO: CASSA NOVAS

LOGRADOURO: RUA RAIMUNDO LOPES 25

TELEFONE: 982059806

OBSERVAÇÕES:

## DADOS DO ATENDIMENTO

MOTIVO ATENDIMENTO: COLISAO

FORMA DE CHEGADA: AMBULANCIA

PROCEDÊNCIA: BRANQUINHA

SETOR: AREA VERMELHA

ACIDENTE DE TRABALHO: NAO

CASO POLICIAL: SIM

PLANO DE SAÚDE: NAO

TRAUMA: SIM

## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

 VERMELHO AMARELO VERDE AZUL

Qualixa Principal / História da Doença Atual:

No verco de 4 horas de estar utilizando capacete no momento queiro -  
 de dor em 10 e 20 pedodátilos (D). Nego demais, vômitos ou sangue

## Exame Físico:

A - Reviros, s/ levoedigia  
 B - NVO em AHT s/ RA  
 C -

ABD - sem dolor, flácido, depressão  
 indolor o polpoar, s/ sinais de irritação peritoneal.

D - Consciente e orientado; ECG: J5

E - Presença de escoriações no joelho (D); Deformidade e dor em joelhos (D)

## Exames Complementares:

RAIO-X

SANGUE

URINA

TC

LIQUOR

ECG

ULTRASSONOGRAFIA

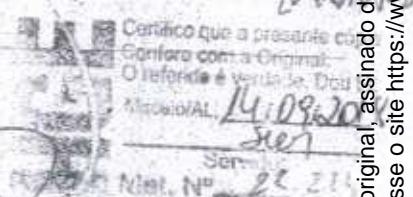
## Hipótese Diagnóstica:

Luxação do fôlax? Fratura?

## Conduta Clínica

- (1) Radiografia
- (2) Avaliação do ortopédio
- (3) Ofimor 500 f. Lx + m
- (4) Fostur 500 f. Lx + m

## Enfermagem



ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

## MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA DOS SUS

NOTA DE PEDIDO 005562

PARA: HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS  
 PACIENTE: ROGERIO DA SILVA  
 CIRURGIÃO: -  
 CÓD. PROCEDIMENTO: 04.08.05.047-0  
 FORNECEDOR: ARAFIX COM. DE MAT. CIRÚRGICOS EIRELI

DATA CIRURGIA: 19.03.18  
 PRONTUÁRIO: 19.374  
 CNPJ: 09.041.828/0001-62

Descrição do material utilizado, conforme abaixo:

NOMECLATURA SUS	QUAT.	CÓDIGO SUS	ANVISA	V. UNIT.	TOTAL
FIO LISO 1.5	2	07.02.03.134-8	800.574.100-13	13,00	26,00
LOTE:	4225/16	REF.	231530		
CNPJ:	72.763.733/0001-99	FABRICANTE	TRAUMEDICA LTDA		

TOTAL	R\$ 26,00
DESCONTO	R\$
TOTAL GERAL	R\$ 26,00

Sem mais para o momento, no colocamos a disposição para possíveis esclarecimento.

Maceió, 23.03.2018

NOME / MOD: FIO OSSEO LISO #1.5X300MM  
 FABRICANTE : TRAUMEDICA  
 CÓDIGO: 231530  
 LOTE: 4225/16  
 N REGISTRO ANVISA : 80057410013

NOME / MOD: FIO OSSEO LISO #1.5X300MM  
 FABRICANTE : TRAUMEDICA  
 CÓDIGO: 231530  
 LOTE: 4225/16  
 N REGISTRO ANVISA : 80057410013

Código Solicitação: 236383053

**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:****Unidade Solicitante:**

HOSPITAL MEDICO CIRURGICO

**Unidade Executante:**

HOSPITAL MEDICO CIRURGICO

**Logradouro, Endereço, Nº , Complemento, Bairro**

RUA CINCINATO PINTO - 199 - - CENTRO

**Central Reguladora**

MACEIO

**Data de Solicitação**

05.04.2018 - 10:23:30

**Data de Autorização**

09/04/2018 - 16:26:34

**Data de Reserva**

19.04.2018

**Data de Internação**

19.03.2018

**Data Prevista de Alta**

21.03.2018

**Data de Alta**

16/04/2018 - 13:19:36

**Motivo da Alta**

1.1 ALTA CURADO

**CNES:**

7471955

**CNES:**

7471955

**Município Executante**

MACEIO

**Operador**

7471955HYLARA-E

**Operador**

5408969NELIOFONSECA

**Operador**

7471955HELENA-E

**Operador**

7471955HELENA-E

**Operador****DADOS DO PACIENTE:****CNS:**

70408968444146

**Nome do Paciente**

ROGERIO DA SILVA

**Nome da Mãe**

MARIA MIGUEL DA SILVA

**Sexo:**

MASCULINO

**Data de Nascimento:**

12/03/1980 (38 anos)

**Tipo Logradouro:**

CONJUNTO

**Número:**

07

**País de Residência:**

BRASIL

**Telefone(s):**(82) 8180-9198 ([Exibir Lista Detalhada](#))**Nome do Responsável:**

O MESMO

**Nome Social/Apelido:**

---

**Naturalidade:**

BRANQUINHA - AL

**Raça:**

PARDA

**Tipo Sanguíneo:**

---

**Logradouro:**

RAIMUNDO NONATO

**Complemento:****Bairro:**

PLATO III Q19

**CEP:**

57830-000

**Município de Residência:**

BRANQUINHA

**UF:**

AL

**Telefone do Responsável:****DADOS DA SOLICITAÇÃO:****CPF do Médico Solicitante:**

02235254489

**CPF do Médico Executante:**

02235254489

**Diagnóstico Inicial - CID:**

S927 - FRATURAS MÚLTIPLAS DO PÉ

**Caráter**

10 - Eletivo

**Clinica:**

ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

**Procedimento Solicitado:**

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODACTILOS

**Nome do Médico Solicitante:**

GUSTAVO FRANCISCO VASCONCELOS NASCIMENTO

**Status da Solicitação:**

APROVADA

**Nome do Médico Executante:**

GUSTAVO FRANCISCO VASCONCELOS NASCIMENTO

**Classificação de Risco**

Prioridade 3 - Atendimento eletivo

**Clinica Complementar:**

Nenhuma

**Código:**

0408050470

**LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO:****Principais Sinais e Sintomas Clínicos:**

PACIENTE COM LUXAÇÃO EM 1º E 2º DEDO DO PÉ DIREITO/td&gt;

**Principais Resultados de Provas Diagnósticas:**

LUXAÇÃO 1º E 2º DEDO DO PÉ DIREITO

**Condições que Justificam a Internação:**

TRATAMENTO CIRÚRGICO DOS PODODACTILOS

PARA SEUS

**Motivo de Impedimento do Regulador:****Assinatura e Carimbo do Médico: (examinador)****CRM:****Data de Solicitação:**

05.04.2018 - 10:23:30

Pan  
Mar

fls. 25

OK

D.Rº Fábio Barros

SUS	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR		Data da Internação 19/03/2018
Identificação do Estabelecimento de Saúde					
1 - Nome do Estabelecimento Solicitante <b>HOSPITAL MÉDICO CIRURGICO</b>			2 - CNSE <b>7471955</b>		
3 - Nome do Estabelecimento Executante <b>HOSPITAL MÉDICO CIRURGICO</b>			4 - CNES <b>7471955</b>		
Identificação do Paciente					
5 - Nome do Paciente <b>ROGERIO DA SILVA</b>			6 - Nº Prontuário <b>19.374</b>		
7 - Cartão Nacional de Saúde (CNS) <b>700.408.968.444.146</b>		8 - Data de Nascimento <b>12/03/1980</b>	9 - Sexo <b>MASCULINO</b>	10 - Raça / Cor <b>PARDA</b>	
11 - Nome da Mãe <b>MARIA MIGUEL DA SILVA</b>			12 - Telefone de Contato <b>(82) 98200-9040</b>		
13 - Nome do Responsável <b>O MESMO</b>			14 - Telefone de Contato <b>82009040</b>		
15 - Endereço (Rue, Nº Bloco) <b>CONJUNTO RAIMUNDO NONATO Nº07 Q19</b>			16 - Bairro <b>PLATO III</b>		
16 - Município de Residência <b>BRANQUINHA/AL</b>			17 - Cód. IBGE Município <b>0</b>	18 - UF <b>ALAGOAS</b>	19 - CEP <b>00.000-000</b>
20 - Principais Sintomas e Sintomas Clínicos  <i>Werl com leucocitose eram 1-2 2º aede 16'0.</i>					
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO  <i>Werl com leucocitose eram 1-2 2º aede 16'0.</i>					
21 - Condições que Justificam a Internação  <i>Werl com leucocitose eram 1-2 2º aede 16'0.</i>					
22 - Principais Resultados de Proves Diagnósticas (Resultados de Exames Realizados)  <i>Rx + Cx cl.</i>					
23 - Diagnóstico inicial  <i>Leucocitose 1-2-a R/0</i>			24 - CID 10 Principal  <i>I+0 CIN 040805047.0</i>	25 - CID 10 Secundário  <i>0+30681488</i>	26 - CID 10 Causas Associadas
PROCEDIMENTO SOLICITADO  <i>I+0 CIN 040805047.0</i>					
27 - Descrição do Procedimento Solicitado  <i>outp</i>		28 - Código do Procedimento  <i>WT</i>			
29 - Clínica		30 - Caráter da Internação  <i>UT</i>		31 - Documento  <i>FABIO BARROS ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM/AL 6759 TEN/PRATE 15776</i>	
32 - Nº Documento / Cód. do Registrador / Assentante		33 - Nome do Profissional solicitante / Assentante  <i>FABIO BARROS ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM/AL 6759 TEN/PRATE 15776</i>			
34 - Data da Solicitação  <i>19/03/18</i>		35 - Assinatura e Carimbo /Nº do Registro do Conselho  <i>FABIO BARROS ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM/AL 6759 TEN/PRATE 15776</i>			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)					
36 - <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito		37 - <input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Típico		38 - <input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Trajetô	
39 - CNPJ da Seguradora		40 - Nº do Bilhete		41 - Série	
42 - CNPJ da Empresa		43 - CNAE da Empresa		44 - Série	
45 - Vínculo com a Previdência  <input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Empregador <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Não Segurado					
AUTORIZAÇÃO					
46 - Nome do Profissional Autorizador  <i>Celso Ayarip R 2.0 Ferreira</i>			47 - Cód. Órgão Emissor  <i>200184834-15</i>		
48 - Documento  <i>11 CNS K1 CPF</i>			49 - Nº Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador  <i>200184834-15</i>		
50 - Data da Autorização  <i>19/03/18</i>			51 - Assinatura e Carimbo /Nº do Registro do Conselho  <i>CG CPF 200184834-15</i>		
52 - Nº da Autorização de Internação Hospitalar					

## **ARAFIX**

ARAFIX - COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS FIRELI - EPP

Rua Bel. Floriano Ivo, 174 - Salas 305 e 306 - Farol - Maceió/AL  
CEP: 57055-010 - Fone: (82) 3336-9811

## Nota de Pedido

Nº 005562

Data: 19/03/18

COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS

## HOSPITAL:

Hospital Federal Evandro Chagas de Alagoas  
Rodrigo da Silva

**PACIENTE-**

Rogério da Silveira

CONVÊNIO

Nygene

DATA PAGE

10.03.10

CIRURGIÃO

GIA: 7

**REGISTRO N°:**

19374

#### PROCEDIMENT

04080504+

## **DESCRICA DOS PRODUTOS UTILIZADOS**

## **ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS**

PARAFUSO	Nº							
CORTICAL	3.5mm	QTDE.						
PARAFUSO	Nº							
CORTICAL	4.5mm	QTDE.						
PARAFUSO	Nº							
ESPONJOSO	4.0mm	QTDE.						
PARAFUSO ESPONJOSO ESP. R/16	Nº							
CURTA	QTDE.							
PARAFUSO	Nº							
ESP. R/32	LONGA	QTDE.						

*[Signature]*  
Responsive

19/03/18

Date

**TOTAL  
GERAL RS**



**SSSS - SECRETARIA DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL  
FUNDAÇÃO DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - FUSAL**

**CERTIFICADO DE INTERNACÃO HOSPITALAR**

MUNICIPIO: BRANQUINHA/AL

1 - UNIDADE HOSPITALAR:  
HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

2 - NOME DO PACIENTE:  
ROGERIO DA SILVA

3 - FILIAÇÃO:  
MARIA MIGUEL DA SILVA

4 - ENDEREÇO  
CONJUNTO RAIMUNDO NONATO N°07 Q19 BAIRRO  
PLATO III

PONTO DE REFERÊNCIA:  
0

5 - ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Rogerio da Silva

6 - TESTEMUNHA:

OBS.: O Ceretificado de Internação Hospitalar , deverá ser anexado ao laudo do paciente internado.



## HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO

HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

CNPJ: 41.161.258/0001-57

Rua Cícinato Pinto, 199 - Centro - Tel.: 3025-6336 - 3034-4903

Maceió - Alagoas

fls. 28

Data Internamento: 19/03/2018 Hora: 10:02 Alta: Clínica: CIRÚRGICA  
Nome do Paciente: ROGERIO DA SILVA Reg. N.º 19.374  
Data de Nascimento: 12/03/1980 Sexo: MASCULINO Naturalidade: BRANQUINHA/AL  
Profissão: PEDREIRO Estado Civil: SOLTEIRO  
Endereço: CONJUNTO RAIMUNDO NONATO N°07 Q19  
Bairro: PLATO III CEP: 00.000-000 Cidade: BRANQUINHA/AL Estado: ALAGOAS  
Responsável: O MESMO Fone P / Contato: (82) 98200-9040  
Convênio: SUS Apto.: Enfermaria Leito:  
Perim.:  
Quela Principal: *Zumbi em tecido em*

Histórico de Doença Atual:

*Ti-7-d 8' (D)**Melhorar de náusea e dor  
+ fixar o ferimento.*

Antecedentes Pessoais:

*MDr*

Aparelho Respiratório:

*MDr*

Circulatório:

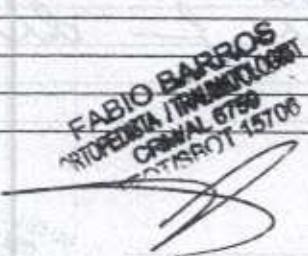
*MDr*

Diagnóstico:

*ferimento*

Tratamento:

*Roller Crut + Fixador*

FÁBIO BARROS  
RITOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM/AL 6759  
COT/SC 07-15706  


Médico

## BOLETIM OPERATÓRIO

fls. 29

19/03/18

Data

Hora

Diagnóstico Pre-Operatório:

uxeuem inverti 1.2.0

20

Procedimento Realizado:

Poderam arr + fix a jwk.

Equipe Médica:

Cirurgião:

D. Fabio Barros

CRM:

CPF:

1º Auxiliar:

CRM:

CPF:

2º Auxiliar:

CRM:

CPF:

Anestesiista:

CRM:

CPF:

Instrumentador (a):

CRM:

CPF:

Tipo de Anestesia:

CRM:

CPF:

Descrição Cirúrgica:

1) Retirada de Seta

2) Tmp + M

3) Fixar o Cr

4) Retirada fios das articulações metatarsofalangicas + isolando de rega dupla.  
 Pode cristo + fix a jwk

5) Retirar fios arta infiltração ferida

6) Pode cristo + fix a jwk

7) Sustentar por placa

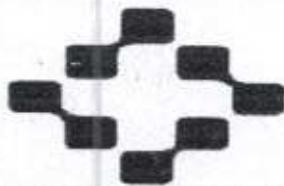
8) Encapinar ferida de m

9) Cerrado

Peça para Exame Histopatológico:

FABIO BARROS  
CRM/SP/ 6930  
PROFISSÃO / TRABALHO DESEJADO  
CENTRO SP/SP/ 1576

Assinatura do Cirurgião



## HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

Paciente: Regina da Silva

Data: 19/03/18 Hora: 10:20 Leito: enf 14-2

Procedência: Residência Cirurgião responsável: Dr. Rábio

### HISTÓRIA CLÍNICA

1. Procedimento cirúrgico: \_\_\_\_\_
2. Patologias associadas:  Nega ( ) HAS ( ) DM ( ) Outros: \_\_\_\_\_
3. Hábitos: ( ) Tabagismo ( ) Etilismo ( ) Outros: Nega
4. Medicamentos de uso contínuo:  Não ( ) Sim/Quais: \_\_\_\_\_
5. Cirurgias anteriores: ( ) Não  Sim/Quais: Apendicectomia
6. Alergias:  Não ( ) Sim/Qual: \_\_\_\_\_
7. Prótese: ( ) Dentária ( ) Ocular ( ) Auditiva ( ) Motora  Orientada retirada de adornos

Anana Estevam de Melo  
Enfermeira  
COREN/AL 480252

### AVALIAÇÃO FÍSICA

SSW:

PA	HGT	Tax	FC	FR	SPO <sub>2</sub>

Locomoção:  Deambula ( ) Acamado ( ) Restrito ao leito

Função motora:  Sem alteração ( ) Com alteração/Qual: \_\_\_\_\_

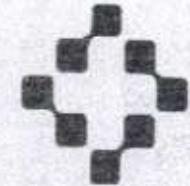
Função respiratória:  Eupnéico ( ) Taquipnéico ( ) Dispnéico  Ar ambiente ( ) O<sub>2</sub>

Alimentação:  Dieta zero ( ) Oral ( ) SNG ( ) SNE

Função intestinal:  Preservada ( ) Constipado \_\_\_\_\_ dias ( ) Diarréia

Função vesical:  Espontânea ( ) Fralda ( ) SVA ( ) SVD ( ) Cistostomia

Obs.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

Paciente:

ROGÉRIO DA SILVA

CNPJ: 41.161.258/0001-57

Registro:

Idade:

Rua Cincinato Pinto, 199 - Centro - Maceió - Alagoas

Médico: FÁBIO BARROS

Tel.: 3025-63336 - 3034-4903

Setor:

ORTOPEDIA

Enf.:

0

Leito:

0

## NOTA DE EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO

DATA / HORA	EVOLUÇÃO DO CASO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DO MEDICAMENTO / PROCEDIMENTO								
			1 - DIETA LIVRE	2 - SCALP HEPARINIZADO	3 - CEFAZOLINA 1g - 1 ampola IV de 8/8h	4 - DIPIRONA - 1 ampola + AD IV de 6/6h	5 - DICLOFENACO 75mg - 1 ampola IM de 12/12h (QN)	6 - TRAMAL 50mg - 1 comprimido VO de 8/8h	7 - PLASIL - 1 ampola + AD IV de 8/8h (Se necessário)	8 - Curativo diário	9 - SSVV + CCGG
19/03/2018	HD: LUXAÇÃO CRONICA 1 E 2 DEDO PÉ DIREITO  REALIZADA REDUÇÃO CRUENTA + FIXAÇÃO COM FIOP K BOA PERFUSÃO  CD: 1) AGUARDA RX PARA AVALIAR ALTA HOSPITALAR COM 24H		11/03/18 22:00	11/03/18 24:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00	11/03/18 06:00

NOTA: no espaço destinado à enfermagem, apurar o horário para administração e/ou realização do procedimento com um X e assinatura checando,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO em www2.tjal.jus.br, protocolado em 08/09/2019 às 16:09, sob o número 07007789320198020045. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0700778-93.2019.8.02.0045 e código 3B9C53B.

fls. 31



## HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO

HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

CNPJ: 41.161.258/0001-57

Rua Cícicato pinto, 199 - Centro - Tel.: 3025-6336 - 3034-4903

Maceió - Alagoas

fls. 32

PACIENTE: ROGERIO DA SILVA

DR. FÁBIO RABROS

DATA	HORA	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
20/03/2013	10:00	<p>Recebeu solicitação no ac. para submeter-se à procedimento cirur- gico, aos cuidados do Dr. Silvio. Em seguindo encaminhado para operatório.</p> <p>10:00 Paciente em POI, sonolento, sob efeito anestésico. Portando arco axilar perfurado. Portando SVD e/ou (H)</p> <p>10:15 Paciente em suspensão com leito reclinado e braço mediotraçal de braço para manutenção de corpa ereta e ajuste correto, situada entre 2 depilações de seu mihi olhete. Corrente seca e elásticos no membro bra.</p> <p>10:30:00 Alta após 4 horas de controle</p>	<p>Gilmar da Costa S. COREN/AL 175.555</p> <p>Maria Valéria N da S. Santi. Técnico de Enfermagem COREN/AL</p> <p>Ariana Estevam de Mel Enfermeira COREN/AL 480.252</p>



## HOSPITAL MÉDICO CIRURGICO

HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS  
Rua Cicinato pinto, 199 - Centro - Tel.: 3025-6336 - 3034-4903

fls. 33

FOLHA DE ANESTESIA

HOSPITAL HOSPITAL MÉDICO CIRURGICO						ENFERMARIA	LEITO	N.º DO PRONTO-ÚRIO 19.374
NOME ROGERIO DA SILVA				IDADE 38 ANOS	SEXO MASCULINO	COR PARDA		
DATA 19/03/2018	PRESSÃO ARTERIAL 140/80	PULSO 80	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA		
TIPO SANGUÍNEO HEMATIAS HEMOGLOBINA HEMATÓCRITO GLICEMIA URÉIA OUTROS								
URINA								
AP. RESPIRATÓRIO				ASMA		BRONQUITE		
AP. CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA				
AP. DIGESTIVO		DENTES	PESCOÇO	AP. URINÁRIO				
AP. DIGESTIVO		ATARÁXICOS	CORTICOIDES	ALEGRIA	HIPOTENSORES			
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				ESTADO FÍSICO		RISCO		
ANESTESIAS ANTIGRÁFICAS <i>Clonotriptina</i>								
MEDICAÇÕES PRÉ-ANESTÉSICA <i>120</i>				APLICADA ÀS	EFEITO			
Agente Anestésicos	INDUÇÃO							
	Satisf.	Excit.	Tosse.	Laringo Espasmo:	Lenta:			
Tolerância	Náuseas:							Vômitos:
	Outros							
CÓDIGOS P. Antes O Recuperação X. Anestesia - O Operado	MANUTENÇÃO							
	<i>anestesia endoscópica 25</i> Anestesia Satisf. ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Não Por que? <i>se puderem falar se fizerem mal falar (não haverá desespero!!!)</i>							
><	DESPERTAR							
	Reflexos no SO <input checked="" type="checkbox"/> Obstr. _____ CO _____ Excit. _____ Náuseas: _____ Vômitos: _____ Outros: Com cânula Para o jejum: ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Condições: <i>despertar</i>							
Símbolos c Anotações								

Possuidor: **PF/PC**  
Agente: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)  
Técnico: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)  
Operação: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)  
Integrante: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)  
Inspecionado: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)  
Observações: **PC** (que é o que é devo) (que é o que é devo)



## HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO

HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

CNPJ: 41.161.258/0001-57

Rua Cícero Pinto, 199 - Centro - Tel: 3025-6336 - 3034-4903  
Maceió - Alagoas

fls. 34

PACIENTE: ROGÉRIO DA SILVA

LITE:

DATA

19/03/18

MÉDICO: DR. FÁBIO BARROS

AUXILIAR:

NURSISIOLOGISTA:

Dr. Monteiro

QUANT.	MAT/MED	TOTAL	QUANT.	MAT/MET	TOTAL
	Algodão 0			Marcaína 0,5%	
	Algodão 00			Marcaína 0,75%	
	Cat Gut Simples		01	Marbaína Posada	
	Cat Gut C/ Agulha			Xilocaina 1%	
	Cat Gut Cromado			Xilocaina 2%	
	Cat Gut C. C/ Ag.			Xilocaina Pesada	
01	Mononylon 3-0		01	A. Destilada	
02	Vicryl 2-0			Adrenalina	
01	Ag. Descartável <i>Aguri</i>			Atropina	
	A. Oxigenada			Araminol	
	Alcool Iodado			B. de Sódio	
	Merthionato		01	Decadron	
	Mercurio Cromo			Fenergan	
<i>5ml</i>	Eter			Glicose	
<i>5ml</i>	Povidine			Lasix	
	Soapux			Plasil	
	Dreno de Penrose			Styptanon	
	Dreno de Torax			Syntocinon	
01	Equipo P/ Soro			Sintomicetina	
30cm	Espadrapo			Methergin	
<i>0,5lt</i>	Gaze			Transamin	
01	L. de Bistuti 84			Diempax	
04	Seringa Hipod.			Dolantina	
01	Sonda de Folley			Inoval	
	Sonda Uretral		01	Fentanil	
	S. Nazogástrica			Droperidol	
	Gilette			Ketalar	
03	Atadura Crepon			Pavulon	
	Bisturi Elétrico		01	Dolmorf	
077cm	Luyas			Quelicin	
1	Oxímetro			Etrane	
2	Monitor Cadiaco			Fluothane	
1	Monitor Oximétrico			Thiomembutal	
	Vent. Anestésico			S. Fisiológico	
1	Oxigênio			S. Glicosado	
	Voltarem		05	S. Ringer Lactado	
	Glicerina			Hemaccel	
	Outros			Outros	
06	<i>foros</i>		07	<i>cefalotina</i>	
06	<i>tropon</i>		01	<i>Nairidien</i>	
05	<i>mascas</i>		02	<i>dipirona</i>	
05	<i>escovas</i>				
19	<i>Cel 10/18</i>				
01	<i>cateter nasal</i>				
03	<i>eloxidol</i>				
01	<i>coletor d'urado</i>				
	<i>esuado comprimido</i>		03	<i>Alpedas 60g</i>	



# HOSPITAL MÉDICO CIRURGICO

HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO DE ALAGOAS

CNPJ: 41.161.258/0001-57

Rua Cícero Pinto, 199 - Centro - Tel.: 3025-6336 - 3034-4903

Maceió - Alagoas

## TERMO DE CONSENTIMENTO

DECLARANTE: ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO

IDADE: 38 ANOS

IDENTIDADE (RG):

1.756.370

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP/AL

ENDEREÇO: CONJUNTO RAIMUNDO NONATO N°07 Q19

FONE: (62) 98200-9040

CELULAR:

(82) 90000-0000

CEP: 00.000-000

PACIENTE ( ) REPRESENTANTE LEGAL ( ) REPRESENTANTE FAMILIAR ( )

OBS: NO CASO DO DECLARANTE NÃO SER O PACIENTE, PREENCHER OS DADOS DO PACIENTE.

PACIENTE:

IDADE:

IDENTIDADE (RG):

ORGÃO EXPEDIDOR:

ENDEREÇO:

FONE:

CELULAR:

CEP:

Autorizo, a partir da assinatura deste termo, o médico a seguir identificado e/ou a equipe por ele solicitada: Dr. \_\_\_\_\_ CRM \_\_\_\_\_ a realizar no (a) paciente acima identificado (a) o seguinte procedimento:

Inclusive com ato anestésico, se necessário, ou qualquer outra conduta médica inerente à intervenção, sendo informado que este procedimento será realizado nas dependências do Hospital Médico Cirúrgico de Alagoas.

Declaro ainda que:

1. Fui informado (a) claramente pelo médico acima identificado sobre as indicações, benefícios, possíveis riscos e complicações desta intervenção médica a ser realizada, tanto da parte cirúrgica, quanto da parte anestésica e clínica, bem como as outras alternativas de tratamento para o caso, sendo que aceitei a intervenção indicada pelo médico;
  2. Que, apesar da segurança desta internação médica e excelente relação risco-benefício em favor do paciente, poderão ocorrer complicações que requerem internação de maior duração, podendo inclusive vir a necessitar, em alguns casos, de procedimentos especiais imprevistos, como por exemplo: transfusões de sangue e hemoderivados, exames complementares, reanimação cardio-respiratória, bem como outros exames ou procedimentos médicos;
  3. Tenho ciência que o compromisso da equipe médica é de procura o correto diagnóstico, a melhor conduta e o melhor tratamento a ser adotado, sendo certo que esta intervenção não é garantia de cura, pois, esta não depende do médico, e sim de fatores que fogem ao seu alcance, não representando esse compromisso uma certeza de resultados e sim uma garantia de dedicação e zelo;
  4. Como paciente e/ou responsável, declaro que prestei informações sobre alergias, doenças crônicas e demais patologias, que tive a oportunidade de fazer perguntas quando a esta intervenção médica e informações suficientes sobre seus riscos, exames complementares e complicações inerentes ao procedimento, sejam intercorrências medicamentos, clínicas, anestesiológicas e/ou cirúrgicas;
  5. Autorizo também que qualquer tecido (peça anatômica), removida cirurgicamente, seja encaminhado para exame anatomopatológico, histopatológico e/ou citopatológico necessários para o esclarecimento diagnóstico.
- E para ciência e conhecimento geral, firmam a presente declaração o responsável e/ou paciente e o médico responsável pela intervenção.
- Declaro que entendi e estou satisfeito (a) com as explicações que me foram prestadas em linguagem clara e simples, esclarecendo – me todas as dúvidas que me ocorreram e que comprehendo p alcance e os riscos do tratamento. Também entendi que, a qualquer momento e sem necessidade de explicação, poderá revogar o consentimento que agora preste, antes da realização do procedimento cirúrgico.

Maceió, 19/03/2018

Paciente e/ou responsável

Médico responsável

Testemunha 1

Testemunha 2


**HOSPITAL MÉDICO  
CIRÚRGICO DE ALAGOAS**

Kamylla Kayse M. Kalliu  
FISIOTERAPISTA  
CERTIFICADA

Nome do Profissional: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CNS: \_\_\_\_\_

CBO: \_\_\_\_\_

Serviço 126 - Serviço de Fisioterapia

Nome do Paciente: Rogério da Silva

Códigos de Procedimento	Quantidades
0302010017	
0302010025	
0302020012	
0302020020	
0302020039	
0302040013	
0302040021	02
0302040030	
0302040056	
0302050019	02
0302050035	
0302060014	
0302060022	
0302060030	
0302070010	
0302070028	

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO  
MATERNIDADE SANTA CATARINA

HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO Data:  
AV. HERMANO PLECH, 469 - 08/03/2019 fls. 37  
CENTRO  
CNPJ:1238361800067  
Laboratório

Atendimento 385719  
Nome FISIOTERAPIA ESSA  
Tp. Atend Externo  
Conv. 112  
Sexo Masculino

Data 10/03/2019 13:55  
Idade 33 anos(s)  
RG: 1716377 SSP/AL  
Med. Sol:

PROVA DE LACO

RESULTADO ..... NEGATIVO

TEMPO DE COAGULAÇÃO

RESULTADO ..... 05:02 Minuto(s) Referência  
2 a 6 minutos

TEMPO DE SANGRAMENTO (DUKE)

Resultado: ..... 01:40 Minuto(s) Referência  
1,0 a 4,0 minuto(s)

W. Anderson G. Andrade  
Biomédico

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO  
CENTRO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO  
AV. HERMANO PLECH, 469 -  
CENTRO  
CNPJ:1238361800067

08/03/2018  
08:03/2018  
Hora: 15:21  
fls. 38

Atendimento 365719  
Nome  
Op Atend  
Conv.  
Sexo MASCULINO

Data 08/03/2018 13:55  
Idade 38 ano(s)  
RG: 1756370 / SSP/AL  
Med. Sol:

**HEMOGRAMA COMPLETO**

SÉRIE VERMELHA

	4,88
Hemácias em milhões/mL .....	12,70
Hemoglobina em g/dL .....	39,40
Hematocrito em % .....	81,00
Vol. Glob. Média em u3 .....	26,00
Hem. Glob. Média em ug .....	32,20
C.H. Glob. Média em % .....	13,00
RDW .....	

**Referência**

Homens acima 12 anos  
4,00 a 5,80 10/mm<sup>3</sup>  
11,0 a 15,0 g/dL  
35,0 a 50,0 %  
50,0 a 97,0 fL  
26,5 a 33,5 pg  
31,5 a 35,0 g/dL  
10,0 a 15,0 %

SÉRIE BRANCA

	Valores encontrados % /mL	
Leucócitos por mL .....	5.400	4.500 a 11.000 K/uL 4 mm <sup>3</sup>
Bastões.....	3	0 a 4 - 0 a 400
Segmentados.....	72	40,0 a 80,0 - 1.600 a 5.000
Eosinófilos.....	2	0 a 5,0 - 0 a 500
Linfócitos.....	20	25,0 a 50,0 - 1.000 a 5.000
Mielócitos.....	3	3,0 a 10,0 - 80 a 1000
<b>PLAQUETAS CITOLOGICAMENTE NORMAIS</b>		
<b>PLAQUETAS SEM ALTERAÇÕES MORFOLOGICAS</b>	265.000	150.000 a 400.000 mil/mm <sup>3</sup>

**CONTAGEM DE PLAQUETAS.....**

Este exame foi realizado com o aparelho ABX MICROS 60.

**Conclusões:**

Rítmo: Sinusal

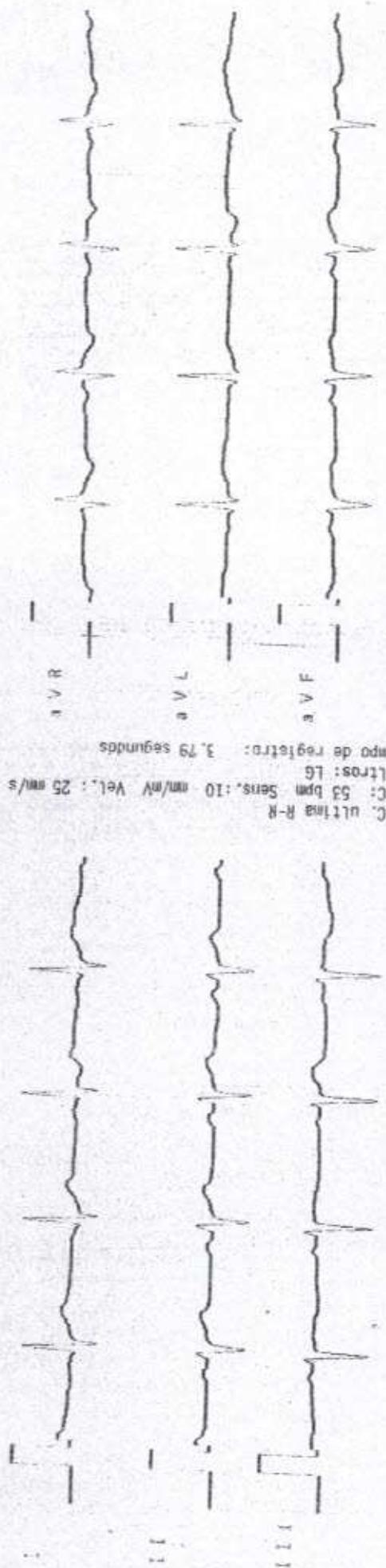
P2, QRS

FC: 75 bpm

**Ecg:**

- Bloqueio atrioventricular completo  
- Depressão estreitação da P de 1/2s

  
Dr. Roberto Plech Filho  
Cardiologista  
Medicina Preventiva



Paciente: Rogério da Silva

Idade: 37a Sexo: m

F.C. ultima R-R  
F.C: 53 bpm Sens.:10 mm/mV Vel.: 25 mm/s  
Filtros: LG

Modo: Automático  
Tempo de registro: 3.79 segundos

fls. 40

# SINISTRO 3190309907 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ROGERIO DA SILVA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial Maceio-AL

**BENEFICIÁRIO** ROGERIO DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 04238383427

**Posição em 27-06-2019 10:11:08**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
25/06/2019	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00



**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici  
Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,  
Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0700778-93.2019.8.02.0045**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Rogerio da Silva

**Réu:** Companhia Excelsior de Seguros S/A

**DECISÃO**

*Vistos etc.*

Defiro o benefício da Justiça gratuita, nos moldes do art. 98 do CPC/2015.

Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura.

Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos.

Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do CPC/2015.

Após, abra-se o prazo para réplica.

Murici , 12 de setembro de 2019.

**Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba  
Juíza de Direito**

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0600/2019, encaminhada para publicação.

Advogado  
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)

Forma  
D.J

Teor do ato: "DECISÃO Vistos etc. Defiro o benefício da Justiça gratuita, nos moldes do art. 98 do CPC/2015. Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura. Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos. Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do CPC/2015. Após, abra-se o prazo para réplica. Murici , 12 de setembro de 2019. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba Juíza de Direito"

Murici, 12 de setembro de 2019.

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0600/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 13/09/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/09/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)	5	24/09/2019

Teor do ato: "DECISÃO Vistos etc. Defiro o benefício da Justiça gratuita, nos moldes do art. 98 do CPC/2015. Inexistindo reparos na exordial postulada, alcançados estão os requisitos essenciais para a sua propositura. Diante do insucesso das conciliações em ações desta natureza, deixo de designá-la nos presentes autos. Cite-se o réu no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado na forma prevista no art. 335, do CPC/2015. Após, abra-se o prazo para réplica. Murici , 12 de setembro de 2019. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba Juíza de Direito"

Murici, 14 de setembro de 2019.



ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Murici  
Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334, Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br

**CARTA DE CITAÇÃO**

Processo Digital nº:	0700778-93.2019.8.02.0045
Classe – Assunto:	<b>Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito</b>
Autor:	Rogerio da Silva
Réu:	Companhia Excelsior de Seguros S/A

**Destinatário:**

**Companhia Excelsior de Seguros S/A**  
Avenida Marquês de Olinda, 175, - 4º andar -, Recife Antigo  
Recife-PE  
CEP 50030-000

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados, .

**PRAZO:** O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC).

**ADVERTÊNCIAS:**

**01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).**

**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Murici, 19 de setembro de 2019. Manoel Alexandre Silva de Assis - Analista Judiciário



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MURICI/AL**

**Processo:** 07007789320198020045

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROGERIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### **BREVE SÍNTSE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **20/02/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **26/03/2019**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descharacteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

## PRELIMINARMENTE

### DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

## DO MÉRITO

### DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 26/03/2019 após 1 MÊS da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 20/02/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

**Não há justificativa para delonga tão grande**, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descharacteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara e não há testemunhas, constando apenas declarações unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência.

Portanto, para que não pare qualquer dúvida sobre a autenticidade do boletim de ocorrência apresentado aos autos, a ré pugna a este d. juízo que seja expedido ofício à delegacia de polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

**INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG , Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), após a regulação do sinistro.

**BANCO DO BRASIL****COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA**

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 25/06/2019  
NUMERO DO DOCUMENTO:  
VALOR TOTAL: 1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: ROGERIO DA SILVA

BANCO: 001  
AGÊNCIA: 00120-1  
CONTA: 000010016732-2

---

Nr. da Autenticação 57CA55E472DD0826

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituir-a através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressalvar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requere.<sup>fls.50</sup>  
fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DA PROVA PERICIAL PARTICULAR – PROVA UNILATERAL**

Conforme se verifica nos autos, o laudo particular colacionado pela parte autora não fornece todos os detalhes acerca da lesão sofridas pela mesma, informações estas extremamente necessárias para o deslindem da demanda.

Não restam dúvidas que a apuração do grau de invalidez da vítima seria mais especificada, se fosse realizada pelo IML ou por peritos judiciais, por se tratarem de profissionais que possuem experiência e capacitação para realização de tais perícias.

Corroborando com esse entendimento, temos os seguintes julgados:

**“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – RELATÓRIO PRODUZIDO POR MÉDICO PARTICULAR – DOCUMENTO UNILATERAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.”**

Se a petição inicial foi instruída com laudo técnico firmado por médico particular, é imperiosa a cassação da sentença para que os autos retornem ao Juízo de origem e seja produzida nova prova, uma vez que a perícia oficial é o único meio capaz de comprovar a existência da alegada invalidez permanente. (Ap 35998/2013, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TJ MT. Julgado em 12/02/2014, Publicado no DJE 21/02/2014).”

**“AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇA ENTRE A INDINIZAÇÃO PAGA E AQUELA EFETIVAMENTE DEVIDA – INCAPACIDADE PARCIAL – GRAU – PROVA PERICIAL MÉDICA**

1 - De acordo com o enunciado da Súmula nº 474 do C. Superior de Justiça, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez;” 2 - Para apuração do grau de incapacidade e, consequentemente, do valor da indenização , imprescindível a realização de perícia médica, sendo que apenas a juntada de laudo médico particular não supre tal necessidade. Sentença que deve ser anulada para que seja determinada a realização de perícia médica. RECURSO PROVIDO. Sentença anulada. (TJ-SP, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, data de julgamento: 10/06/2015, 30ª Câmara Cível de Direito Privado).”

Desta forma, a utilização da prova pericial particular não deve ser levada em consideração por V. Exa., uma vez que a parte ré não esteve presente, através de seu assistente técnico no momento da referida avaliação, sendo certo que a utilização da mesma caracterizaria o cerceamento de defesa, devendo a demanda ser julgada improcedente, com base nas fundamentações expostas.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

<sup>4</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.<sup>51</sup>

## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

## CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

<sup>5</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações<sup>fls 52</sup> sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO, inscrito sob o nº 5624/AL, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MURICI, 27 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AL 3564A**

**NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**  
**5624 - OAB/AL**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**TABELA DE GRAADAÇÃO**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AL 3564A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrita na OAB/AL sob o nº 5624 com escritório na RUA LADEIRA EUSTACIO GOMES MELO (LADEIRA DA CATEDRAL), N 67 SL. 101 CENTRO MACEI/AL- CEP: 27.051-300, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROGERIO DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **MURICI**, nos autos do Processo nº 07007789320198020045.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Maio de 2019

**Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190309907**

**Vítima:** ROGERIO DA SILVA

**Data do Acidente:** 20/02/2019

**Cobertura:** INVALIDEZ

**Procurador:** BRENNNA BEATRIZ DE SOUZA ME

**Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Senhor(a), ROGERIO DA SILVA**

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento

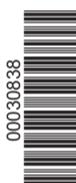
O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Maio de 2019

**Nº do Pedido do Seguro DPVAT:** 3190309907      **Vítima:** ROGERIO DA SILVA

**Data do Acidente:** 20/02/2019      **Cobertura:** INVALIDEZ

**Procurador:** BRENNA BEATRIZ DE SOUZA ME

**Assunto:** ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

**Senhor(a), ROGERIO DA SILVA**

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14285680



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Julho de 2019

**Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190309907** Vítima: ROGERIO DA SILVA

**Data do Acidente: 20/02/2019 Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: BRENNA BEATRIZ DE SOUZA ME**

## **Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), ROGERIO DA SILVA**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa: R\$ 0,00  
Juros: R\$ 0,00  
Total creditado: R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%  
Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Recebedor: BOGÉBIO DA SILVA

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 001

Agência: 0000000120-1

Conta: 000010016732-2

Tipo: CONTA POUPIANCA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorno ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco)

#### **Atencio&eacute;amento**

Seguradora Líder DPVAT

Estamos aqui para Você



## BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

25/06/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ROGERIO DA SILVA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00120-1

CONTA: 000010016732-2

Nr. da Autenticação 57CA55E472DD0826

# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190309907      **Cidade:** Branquinha      **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ROGERIO DA SILVA      **Data do acidente:** 20/02/2019      **Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 18/06/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** LUXAÇÃO DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO. PG. 6

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTE OSSÍNSESE COM FIOS DE KIRSCHNER. PG. 3,26 ALTA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	10%	R\$ 1.350,00
<b>Total</b>			<b>10 %</b>	<b>R\$ 1.350,00</b>

# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190309907      **Cidade:** Branquinha      **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ROGERIO DA SILVA      **Data do acidente:** 20/02/2019      **Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 18/06/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** LUXAÇÃO DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO. PG. 6

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTE OSSÍNSESE COM FIOS DE KIRSCHNER. PG. 3,26 ALTA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO 1º E 2º DEDOS DO PÉ DIREITO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

## DANOS

<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	10%	R\$ 1.350,00
<b>Total</b>			<b>10 %</b>	<b>R\$ 1.350,00</b>

## SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A, ALFA SEGURADORA S/A, ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ASSURANT SEGURADORA S.A; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AXA CORPORARTE SOLUTIONS SEGUROS S.A, AXA SEGUROS S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BMG SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB SEGUROS BRASIL S/A; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; COMPREV SEGURADORA S/A; COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GAZIN SEGUROS S.A.; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; OMINT SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTENCIAL SEGURADORA S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SOMPO SEGUROS S/A, STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; XL SEGUROS BRASIL S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato**

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

OAB/SP 111.807



## PROCURAÇÃO

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife - Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.054.826/0001-92, por seus representantes legais ao final assinados, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife-PE e **OLDEMAR DE SOUZA FERNANDES**, casado, Técnico de Seguros, RG nº 4.337.260-0-SSP/SP, CPF nº 337.325.318-72 residente e domiciliado em Recife/PE nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 990.536.407-20; **MARISTELLA DE FARIA MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132 e no CPF/MF sob o nº 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 62.420 e no CPF/MF sob o nº 542.587.407-30; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento**, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado Mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2017.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

JOSE TUPINAMBÁ COELHO - OLDEMAR DE SOUZA FERNANDES



Rua Marquês de Olinda, 298 - Recife Antigo - CEP: 50030-000 - Fone: (81) 3224-8865

Tabelião Roseana Porto

Reconheço por semelhança as firmas inscritas de

JOSE TUPINAMBA COELHO, OLDEMAR DE SOUZA FERNANDES

Recife, 18/07/2017 (16h51min). Em testo *[assinatura]* da verdade

Alex Cirino De Oliveira - Escrivão Autorizado

Emol.: R\$ 6,98 TSNR: R\$ 2,34 Total: R\$ 9,32

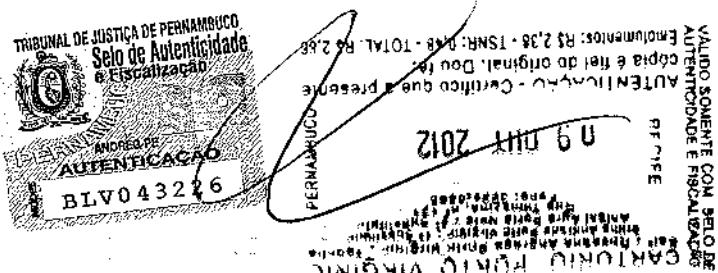
\* Selo Digital 0076562.NOE07201701.02485 e

0076562.BZR07201701.02486 \*

Consulte a autenticidade em [www.tjal.jus.br/selodigital](http://www.tjal.jus.br/selodigital)

*John C. de Souza*





## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

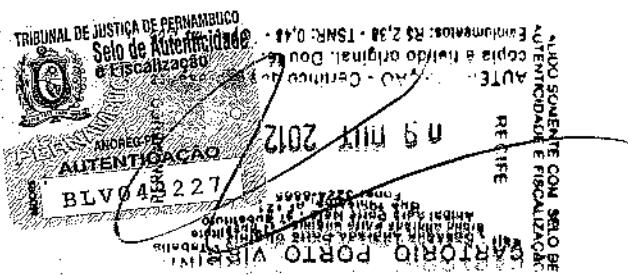
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - PORTARIA nº 4.849, de 17/09/2012 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.004606/2011-91, 15414.005591/2011-88, 15414.000295/2012-71, 15414.001201/2012-81, 15414.001361/2012-21 e 15414.003100/2012-45, resolve: **Art. 1º** - Aprovar o cancelamento das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de setembro de 2011, 28 de outubro de 2011, 30 de dezembro de 2011, 15 de fevereiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012 da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na cidade de Recife – PE, conforme as deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. **Art. 2º** - Ratificar que o capital social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS é de R\$ 33.151.944,70, representado por 4.060.084.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. LUCIANO PORTAL SANTANA.

### ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO PELA AGE DE 12/07/2012

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO / Art. 1º.** A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

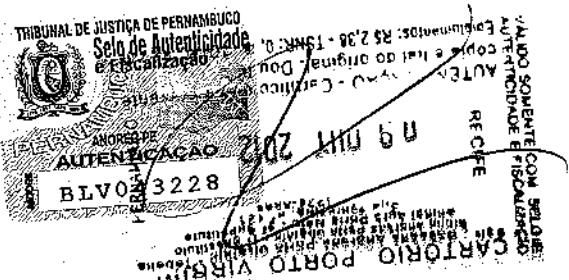
**Art. 2º** - A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro do Recife, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável. **Art. 3º** - A Companhia tem por objeto: a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e cosseguros, como definidas na legislação própria; b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista. **Art. 4º** - O prazo de sua duração será indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES - Art. 5º** - O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembleia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias. **§ 2º** - As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembleias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades: (I) reembolso do capital social, sem prêmio; (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação. **§ 3º** - A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento. **§ 4º** - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista,



**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943

respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

**CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS** - Art. 6º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. Art. 7º - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração. Art. 8º - Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos. **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - Art. 9º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5(cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão. Art. 10 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua. Art. 11 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembleia Geral. Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto. Art. 13 - O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes. Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II - eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto; III - estabelecer os limites operacionais de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos; IV - examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério; V - estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios; VI - convocar a Assembleia Geral; VII - manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; VIII - escolher e destituir os Auditores Independentes; IX - autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros; X - aprovar o Regimento Interno; XI - declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes; XII - deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida; XIII - deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária; XIV - vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto; XV - aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais; XVI - decidir



**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943

sobre os planos de expansão ou de redução das atividades; **XVII** - submeter à Assembleia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; **XVIII** - decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas; **XIX** - deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social; **XX** - distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembleia Geral; **XXI** - fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembleia Geral tenha aprovado o montante global; **XXII** - criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações; **XXIII** - exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto. **Art. 15** - Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas. **Art. 16** - A Assembleia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes. **Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto. **SEÇÃO III - DA DIRETORIA** - **Art. 17** - A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração. **Art. 18** - O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto. **Art. 19** - Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração. **Art. 20** - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído. **Art. 21** - A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião. **Art. 22** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade. **Art. 23** - A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor. **Art. 24** - Compete à Diretoria: **I** - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor; **II** - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social; **III** - criar e extinguir dependências; **IV** - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **Art. 25** - Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração. **Art. 26** - São funções específicas dos Diretores Estatutários,



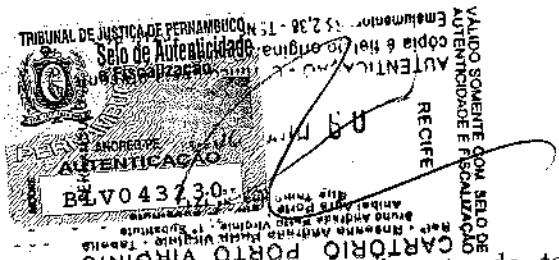
**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943

conforme atribuições da legislação pertinente em vigor: **Diretor Presidente**, com poderes para: a) representar a Companhia em juízo ou fora dele; b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva; c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos; d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração; e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras; f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios; g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros; h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia; i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações; j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior; k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor; l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho; m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

**Diretor Superintendente**, com poderes para: a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva; b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área; c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração; d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais; e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários; f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração; g) coordenar a captação de negócios; h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação; i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia; j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

**Diretor de Relações com a SUSEP**, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas. **Diretor Administrativo-Financeiro**, responsável pela supervisão das atividades administrativas e

**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943



econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social **Diretor Técnico**, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos. **Diretor Comercial**, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial. **Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade**, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004. **Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos**, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04. **Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998**, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003. **Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes**, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

**Art. 27** - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma. § 1º - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores. § 2º - A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar. § 3º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados. § 4º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes. § 5º - O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais. § 6º - Nas reuniões ou Assembleias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo. **Art. 28** - Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades. **Art. 29** - A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto. **Art. 30** - Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto.

**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943



e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente. **Parágrafo Único** - Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros. **Art. 31** - A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais. § 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários. § 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

**CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL** - **Art. 32** - O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembleia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação. **Parágrafo Único** - Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL** - **Art. 33** - A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária. § 1º - A Assembleia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. § 3º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. **Art. 34** - Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS** - **Art. 35** - O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras. **Art. 36** - Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais: a) os eventuais prejuízos acumulados; b) a provisão para o imposto de renda; c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais. **Parágrafo Único** - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Art. 37** - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social. § 1º - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei. § 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia. **Art. 38** - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. **Art. 39** - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social. **Art. 40** - A Assembleia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o

lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária. **CAPÍTULO VII - DOS ACORDOS DE ACIONISTAS - Art. 41** - A Companhia, sua Assembleia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos. **CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 42** - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembleia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes. **Art. 43** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. **Art. 44** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor. **Art. 45** - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Recife, 12 de julho de 2012.

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

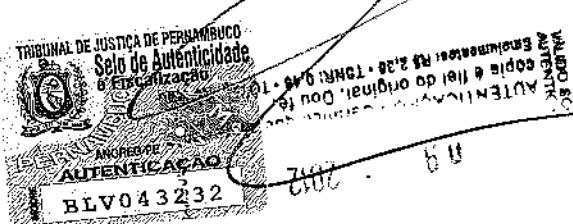
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

Anderson Fernandes Peixoto  
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/10/2012  
SOB N°: 20126978425

Protocolo: 12/697842-5  
Empresa: 26 3 0001024 1  
CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETARIO-GERAL





**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1943

VALIDO SOMENTE AUTENTICAÇÃO - Garantia que a presente cópia é fiel do original. Dou fé.  
Emolumentos R\$ 2,38 - TSNR: 0,48 - TOTAL: R\$ 2,86

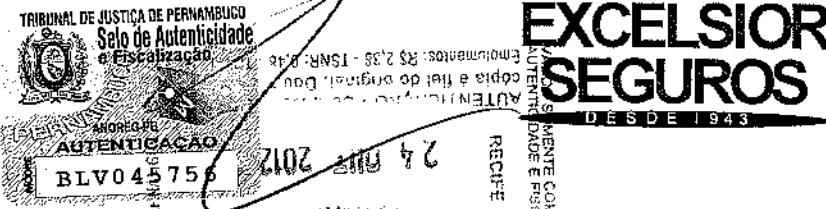
## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ/MF nº 33.054.826/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - PORTARIA nº 4.849, de 17/09/2012 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.004606/2011-91, 15414.005591/2011-88, 15414.000295/2012-71, 15414.001201/2012-81, 15414.001361/2012-21 e 15414.003100/2012-45, resolve: **Art. 1º** - Aprovar o cancelamento das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de setembro de 2011, 28 de outubro de 2011, 30 de dezembro de 2011, 15 de fevereiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012 da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na cidade de Recife – PE, conforme as deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. **Art. 2º** - Ratificar que o capital social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS é de R\$ 33.151.944,70, representado por 4.060.084.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. LUCIANO PORTAL SANTANA.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012 - DIA, HORA E LOCAL:** Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar – bairro do Recife – Recife / PE. **QUORUM:** Acionistas representando 99,60% do Capital, conforme assinaturas no Livro próprio. **PUBLICAÇÕES: Convocação:** por Edital publicado nos jornais "Folha de Pernambuco" edições dos dias 29, 30 de junho e 01 de julho de 2012 e "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" edições dos dias 29, 30 de junho e 03 de julho de 2012, em razão do que foi legalmente instalada a Assembleia. **MESA:** Presidente: Luciano Caldas Bivar / Secretário: Sergio de Petribu Bivar. **ORDEM DO DIA:** 1. Cancelamento das Assembleias Gerais Extraordinárias de: a) 22/09/2011– Proposta de aumento do Capital Social; b) 28/10/2011– Aumento Capital Social em R\$ 1.000.000,00; c) 30/12/2011– Proposta de aumento do Capital Social; d) 15/02/2012- Aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; e) 27/02/2012– Rerratificação das AGEs de 22/09/2011 e 28/10/2011; 2. Aprovação da devolução das importâncias subscritas pelos acionistas da atual controladora EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES S.A., com o consequente estorno contábil na COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. 3. Nova proposta de aumento do Capital Social no valor de R\$ 2.260.000,00. 4. Outros assuntos de interesse social. **DELIBERAÇÕES:** Relatou o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Dr. Luciano Caldas Bivar, representante legal da acionista majoritária, que a presente Assembleia Geral Extraordinária foi convocada com a finalidade de atender exigências de saneamento formuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, encaminhando à homologação da AGE a proposta da Diretoria devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, referente às providências cabíveis para a regularização da transferência do controle acionário direto da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS para a sociedade EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES S.A., aprovada pela **PORTARIA SUSEP Nº 4.646, de 12 de junho de 2012**, com entrada em vigor na data de sua publicação ocorrida no Diário

AGE 12 07 2012 - Portaria SUSEP e Ata para arquivamento na JUCEPE.doc



Oficial da União de 14 de junho de 2012 – Seção I – fls. 22, nos termos do Acordo de Acionistas firmado em 1º de março de 2012, passando a EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES S.A. a figurar como controladora direta da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, com 99,60% do seu Capital Social. Visando o saneamento dos procedimentos já concretizados de subscrição do aumento de Capital Social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, da qual a EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES é a acionista controladora, aprova esta Assembleia Geral os seguintes procedimentos legais a serem realizados com a urgência que se faz necessária à regularização dos atos pendentes de aprovação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP:

**I - DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO – 1.**

Anuladas as AGE's abaixo relacionadas, tornando sem efeito todos os atos nelas deliberados e aprovados: a) 22/09/2011 – Proposta de aumento do Capital Social - Processo SUSEP nº 15414.004606/2011-91; b) 28/10/2011 – Aumento do Capital Social em R\$ 1.000.000,00 - Processo SUSEP nº 15414.005591/2011-88; c) 30/12/2011 – Proposta de aumento do Capital Social - Processo SUSEP nº 15414.000295/2012-71; d) 15/02/2012 - Aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00 - Processo SUSEP nº 15414.001201/2012-81; e) 27/02/2012 – Ratificação das AGEs de 22/09/2011 e 28/10/2011 - Processo SUSEP nº 15414.001361/2012-11.

1. Autorizada a devolução das importâncias constantes dos boletins de subscrição dos aumentos de Capital ora cancelados, depositadas individualmente pelos seguintes acionistas da atual controladora EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES S.A., bem como o consequente estorno contábil na COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS: a) Brasipar Participações S/A = R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais); b) Gerencial Brasitec Serviços Técnicos S/A = R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais); c) Cristiano de Petribu Bivar = R\$ 1.260.000,00 (um milhão duzentos e sessenta mil reais).

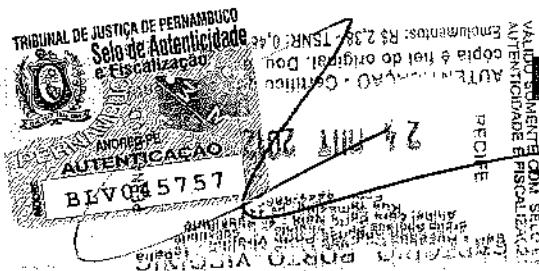
2. Concluída a devolução dos valores a cada anterior acionista depositante acima nomeado, a EXCELSIOR PARTICIPAÇÕES S.A. efetuará depósito bancário em Conta para futuro aumento do Capital Social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, no valor total de R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta mil reais), a ser

subscrito integralmente pela acionista controladora, quando, depois de concretizado o depósito do valor da subscrição, será convocada nova Assembleia Geral Extraordinária para os procedimentos legais de homologação do aumento do Capital Social proposto, no mesmo valor dos dois aumentos anteriores ora cancelados, totalizando R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta mil reais).

**II – DOS ATOS CONSEQUENTES – 1. Redução do Capital Social para absorção dos cancelamentos ora aprovados.** Absorver o valor de R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta mil reais), decorrentes dos estornos contábeis das importâncias subscritas nos aumentos de capital anulados, reduzindo o Capital Social de R\$ 35.411.944,70 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) para o último anterior homologado pela SUSEP, de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), retornando ao número de ações existentes antes dos aumentos cancelados, correspondente a 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas).

**2. Alteração do art. 5º do Estatuto Social para refletir a deliberação anterior.** Em consequência, o Art. 5º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.". Permanecem inalterados os demais artigos do Estatuto Social.

**3. Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para novo**  
AGE 12/07/2012 - Portaria SUSEP e Ata para arquivamento na JUCEPE.doc



**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESENDE 1943

**aumento do Capital Social.** Cumprido o prazo para exercício do direito de preferência pelos acionistas minoritários, aprovada a Proposta de Convocação da AGE para novo Aumento do Capital no valor de R\$ 2.260.900,000 (dois milhões, duzentos e sessenta mil reais), retornando o valor do Capital Social para R\$ 35.411.944,70 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), para todos os fins de direito. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. Nenhum outro assunto de interesse da sociedade foi tratado na presente Assembleia. **CONSELHO FISCAL:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no Livro próprio esta Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Luciano Caldas Bivar; Secretário da Mesa: Sergio de Petribu Bivar; Acionistas: Excelsior Participações S/A, representada por seu Administrador Luciano Caldas Bivar. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que esta Ata é cópia fiel da original lavrada no Livro próprio e que são autênticas, no mesmo Livro, as assinaturas nele apostas. Recife, 12 de julho de 2012. **Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Diretor Presidente / José Tupinambá Coelho - Diretor Superintendente**

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

Anderson Fernandes Peixoto  
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/10/2012

SOB Nº: 20126978425

Protocolo: 12/697842-5

Empresa: 26 3 0001024 1  
CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETARIO-GERAL



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET**

Código de Autenticação 156B.A062.E32A.0208

Certidão gerada em 30/11/2015 10:24:33

PROTÓCOLO SIARCO 15/828773-8

# CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

**EMPRESA** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**NIRE** 26.3.0001024-1

**ATO** 017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRA

**EVENTO(S)** 017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

## ASSINADO POR

Validade desconhecida

Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO;1005156300197  
Date: 2015.12.01 09:49:14 -03:00  
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMÉRCIO  
Location: RECIFE-PE

**ARQUIVADO EM** 30/11/2015 10:24:33

**AUTENTICIDADE** 156B.A062.E32A.0208

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=156BA062E32A0208>

Recife , 30 de novembro de 2015

André Ayres Bezerra da Costa

Secretário Geral



Documento disponibilizado a 802.266.634-34 - GINO AMORIM DE SENA  
Data - 01/12/2015 09:49:16

Código de Autenticação 156B.A062.E32A.0208

Junta Comercial de Pernambuco

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=156BA062E32A0208>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

**CHANCELA DIGITAL**

NIRE 26.3.0001024-1

Nº PROTOCOLO 15/828773-8 PROTOCOLADO 24/11/2015 14:47:00

Nº ARQUIVAMENTO 20158287738 ARQUIVADO 30/11/2015 10:24:33

EMPRESA COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS













Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Rationalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE DA FIAN, QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

NR. do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Caculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-B033-7CC99430A9D4



Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Prata Empresarial

Normal

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
Data	Telefone de contato:	
	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
 NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/01/2018 sob o NÚMERO 00003149059 e demais constâncias do Termo de autenticação.  
 Autenticação: ED6974386FA48220CFC=4456AF0D85DCP8F0FD5CFC68740F233f496AFNA8031F36  
 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.3028479-6 Protocolo: 03-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2019 sob o NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743E6PA4E220CFD84355A7AD85ECF8PF05CF68742F233B4496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.tj.rj.gov.br/servicos/chancelsdigital/>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) CRISTIANE FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incorso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, ratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistentes as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018

CERTIFICO O ADQUITIVAMENTO em 30/11/2018 SOA N° NÚMERO 03003140059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F36974386FA48220CFDE4856AFAD85FCF8PPC5CF68740F233E486AFDAB0E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerf.ea.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

Roberto Barroso  
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

---

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.3028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018  
CERTIFICO O ARQUITIVAMENTO EM 30/11/2018 SOB O NÚMERO 03003149053 E DEMais constanteS DO LEIHO DE AUTENTICAÇÃO.  
Autenticação: FD6974306FA4E220CFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF58742F233E436AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



JOSE ISMAR ALVES TÔRRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDC4B56AFADE5ECT8FFDCE65740F23E495AE3A83E1FE8  
Para validar o documento acesse: <http://www.jucaria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 0/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 10-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 sob o NÚMERO 00003149059 e demais constantes do Termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386PA4E220CPDE4956AFAD85ECF8FFP5CF68742F233E496AFCDA80E1FB3  
Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





10

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**



4996507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

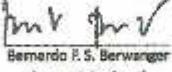
**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
 Nire: 33300284796  
 Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7845C695  
 Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

  
 Bernardo F.S. Berwanger  
 Secretário Geral

*12*

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4996509

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I é Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

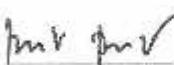
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



4956510

convocada.

**Parágrafo Terceiro -** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro -** Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo -** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro -** Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15 -** Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300264796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



49965511

- 13  
ME
- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
  - h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
  - i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alcada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
  - j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
  - k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alcada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
  - l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
  - m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
  - n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
  - o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
  - p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
  - q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
  - r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
  - s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
  - t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
  - u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
  - v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9AOC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:**

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único –** Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

**CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.**

**ARTIGO 18 -** O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único -** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

**CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19 -** A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro –** Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo –** Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C56883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

400613

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
  - b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
  - c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
  - d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
  - e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
  - f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
  - g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
  - h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
  - i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
  - j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
  - k) representar a Companhia em juízo ou fórum de

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
  - b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nine: 33300284796

Protocolo: D020163

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/1

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4996514

- 17
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
  - d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
  - e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
  - f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
  - g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alcada; e
  - i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO,  
Autenticação: 4BF9A0C86888B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

**ARTIGO 24** – O exercício social terá inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

de março de 1967.

19  
14



4996516

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo 1 à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BFBA0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

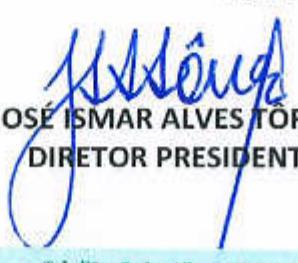
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
**DIRETOR PRESIDENTE**

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
**DIRETOR**

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabellão: Carlos Alberto Fermo Oliveira Av. da Carioca, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9800	ADB2B690 088674
Reconheço por AUTENTICOAS as firmas das HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X/0000524453)		
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018. Em testemunho _____ de verdade, Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		
Conf. por: Serventia TUFUNHOS Total Consulte em <a href="https://www3.tira.jus.br/sitepublico">https://www3.tira.jus.br/sitepublico</a>		

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
 : 3.700  
 Escrevente  
 : 1378-46042 série 00077 ME  
 Até 2033º Lai 8.388/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº110. 916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Bio de Janeiro, 01 de abril de 2018

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA  
OAB/SP 111.807





**Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Murici  
Parque Res. Antenor Marinho de Melo, 2, . - CEP 57820-000, Fone: 3286-1334,  
Murici-AL - E-mail: murici@tjal.jus.br**

Autos nº: 0700778-93.2019.8.02.0045

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Rogerio da Silva

Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A

### **ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, abro vista ao exequente, para se manifestar sobre a contestação e/ou documentos juntados pelo(a) executado(a), no prazo de 15 (quinze) dias.

Murici, 02 de outubro de 2019

Manoel Alexandre Silva de Assis  
Analista Judiciário

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0642/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 07/10/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
12/10/2019 - Nossa Sr.a Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)	15	25/10/2019

Teor do ato: "Autos nº: 0700778-93.2019.8.02.0045 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Rogerio da Silva Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, abro vista ao exequente, para se manifestar sobre a contestação e/ou documentos juntados pelo(a) executado(a), no prazo de 15 (quinze) dias. Murici, 02 de outubro de 2019 Manoel Alexandre Assis Analista Judiciário"

Murici, 3 de outubro de 2019.